

VOZES SILENCIADAS, CORPOS EM LUTA: Interseccionalidade, Dispositivos de Racialidade e a Luta das Mulheres Negras: Críticas ao “Identitarismo” no Brasil Contemporâneo

Josilda Carmo Santos (UFBA)

Resumo: O presente artigo busca analisar a compreensão dos dispositivos de racialidade, propostos por Sueli Carneiro, com a interseccionalidade, conforme Kimberlé Crenshaw, a fim de identificar como as múltiplas opressões ainda hoje afetam as mulheres negras no Brasil. Ao examinar o contexto de retrocessos políticos e avanços significativos da extrema direita e todo o seu conservadorismo surgem grandes desafios para às lutas históricas por equidade racial e de gênero. O estudo busca interpretar como raça, gênero e classe se entrelaçam na experiência das mulheres negras e as coloca em condição de marginalização, conforme Lélia Gonzalez. A pesquisa se utiliza de revisão de literatura ancorada em reflexões teóricas de autores como Sansone, Colling e Vargas, a fim de examinar as tensões que impactam os movimentos organizados, bem como agência e estratégias de resistência elaboradas pelas mulheres negras. Explorar a relevância da interseccionalidade como ferramenta analítica, discutir o apagamento promovido pelos dispositivos de racialidade e destacar a sub-representatividade político partidária de mulheres negras serão o meio de demonstrar o uso pejorativo do termo “identitarismo” pelos discursos conservadores, que buscam deslegitimar as lutas sociais e reforçar hierarquias estruturais. A luta das mulheres negras se apresenta como um projeto político emancipatório e de superação das desigualdades. Conclui-se que o fortalecimento das lutas identitárias e a utilização da interseccionalidade como ferramenta analítica são essenciais para enfrentar opressões históricas com foco na construção de políticas públicas que promovam justiça social e bem viver para todas as pessoas.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Interseccionalidade; Dispositivos de Racialidade; Identitarismo, Lutas Identitárias.

Abstract: This article seeks to analyze the understanding of the devices of raciality, proposed by Sueli Carneiro, with intersectionality, according to Kimberlé Crenshaw, in order to identify how multiple oppressions still affect black women in Brazil today. By examining the context of political setbacks and significant advances by the extreme right and all its conservatism, major challenges arise for the historical struggles for racial and gender equality. The study seeks to interpret how race, gender and class intertwine in the experience of black women and place them in a condition of marginalization, according to Lélia Gonzalez. The research uses a literature review anchored in theoretical reflections by authors such as Sansone, Colling and Vargas, in order to examine the tensions that impact organized movements, as well as the agency and resistance strategies developed by black women. Exploring the relevance of intersectionality as an analytical tool, discussing the erasure promoted by devices of raciality and highlighting the political party under-representation of black women will be the means of demonstrating the pejorative use of the term “identitarianism” by conservative discourses,

which seek to delegitimize social struggles and reinforce structural hierarchies. The struggle of black women is presented as an emancipatory political project to overcome inequalities. The conclusion is that strengthening Identity struggles and using intersectionality as an analytical tool are essential for confronting historical oppressions with a focus on building public policies that promote social justice and good living for all people.

Keywords: Black Women; Intersectionality; Raciality Devices; Identitarianism, Identity Struggles.

1 INTRODUÇÃO

O estudo explora transformações sociais e políticas no Brasil contemporâneo em perspectiva com os dispositivos de racialidade e a interseccionalidade, com vistas a refutar os argumentos pautados pelo identitarismo⁸⁵ no contexto dos retrocessos políticos e da exclusão das mulheres negras no Brasil. O avanço dos discursos conservadores desafia as lutas identitárias e ressalta a necessidade de fortalecer o diálogo entre movimentos sociais que incluem perspectivas críticas e visibilidade das mulheres negras como protagonistas de uma luta histórica e legítima por cidadania plena, pelo bem viver para todas as pessoas, pela autonomia dos seus corpos e dentre tantas lutas o direito a própria vida.

Compreender a interação entre gênero, raça, e classe é fundamental para abordar as tensões identitárias contemporâneas e os desafios políticos enfrentados pelos grupos marginalizados no Brasil. Debater interseccionalidade e dispositivos de racialidade é fundamental para compreender as tensões oriundas do debate sobre identitarismo no cenário de retrocessos políticos que tem tido avanços significativos em detrimento de conquistas históricas para as populações vulnerabilizadas, a exemplo das grandes. A compreensão destas teorias permite reconhecer a complexidade das identidades sociais, onde raça, gênero e classe caminham ladeadas com experiências de opressão e resistência, como é o caso das mulheres negras.

Estudos anteriores de Beatriz Nascimento (1976), Lélia Gonzalez (1984), Kimberle Crenshaw (2002), Carla Akotirene (2019) e Sueli Carneiro (2023) lançaram as bases para o debate da interseccionalidade e dos dispositivos de racialidade, destacando a natureza complexa das identidades sociais. Em vista das interações produzidas pelas categorias gênero, raça e classe, como já previam as intelectuais negras citadas, não poderiam ser analisadas de forma separada, por constituírem experiências únicas de marginalização, sobretudo, para as mulheres negras, sujeitas expostas de forma mais veemente aos efeitos da tirania colonial e da herança escravagista.

Abordar a literatura existente a fim de construir uma análise abrangente sobre como os discursos conservadores minam as lutas identitárias e as implicações para as experiências sociais das mulheres negras. Refutar acusações de identitarismo ganha relevância ao investigar

⁸⁵ O identitarismo é um conceito que se refere a uma abordagem política e social que enfatiza a importância das identidades sociais, como raça, gênero, orientação sexual, etnia e outras características, na formação de grupos e na luta por direitos e reconhecimento. Essa abordagem pode ser vista de diferentes maneiras, dependendo do contexto e da perspectiva adotada, uma nomenclatura que tem sido utilizada por grupos conservadores de forma pejorativa para criticar as lutas identitárias.

as formas como raça, gênero e classe se moldam historicamente e se rearticulam em contextos políticos de retrocessos, com destaque para a urgência de construir epistemologias e práticas sociais que enfrentem essas opressões históricas.

Esta investigação pretende analisar e tecer críticas ao identitarismo além da necessidade de fomentar a solidariedade e as políticas públicas interseccionais para resistir aos retrocessos conservadores, debater os avanços do conservadorismo da extrema direita em detrimento do combate às desigualdades e a importância de analisar identidades sociais, neste caso as mulheres negras, historicamente impactadas por forças políticas e estruturas de poder. Entender como a interseccionalidade e os dispositivos de racialidade fazem a crítica ao identitarismo e apontam para questões estruturais que perpetuam a exclusão política e social das mulheres negras no Brasil contemporâneo.

O objetivo deste estudo é analisar as perspectivas críticas sobre o identitarianismo e suas implicações para o reconhecimento e a participação social das mulheres negras. A hipótese é que uma compreensão mais profunda da interseccionalidade e dos dispositivos de racialidade revelará muito além das complexidades, a necessidade de organização e resistência das lutas identitárias e ressaltará a importância de políticas públicas inclusivas e interseccionais, voltadas para a desconstrução de estigmas, estereótipos e marginalização de determinados corpos.

Este estudo emprega a revisão de literatura para explorar a interseccionalidade e os dispositivos de racialidade que afetam as mulheres negras no Brasil contemporâneo. O método de pesquisa envolve ainda análise temática para reunir dados relevantes sobre tensões indenitárias, retrocessos políticos e a sub-representatividade das mulheres negras a fim de apresentar argumentos relevantes para a existência das lutas identitárias.

Foi realizada uma revisão abrangente da literatura, com foco nos trabalhos de Gonzalez (1984), Davis (2016), Crenshaw (2020), Nascimento (2021), Carneiro (2023), Sansone (2020), Colling (2022), Sousa e Alkmin (2021), Pereira (1991), Biroli & Miguel (2017), Campos & Machado (2020), para fornecer uma base teórica para o estudo.

2 A LUTA DAS MULHERES NEGRAS

2.1 Contextualização Histórica e Teórica

Dificilmente haverá caminhos para a superação do racismo e de todas as iniquidades sofridas pela população negra sem admitir que se tratam de fenômenos de alta complexidade entrelaçados ao passado escravagista deste Estado e suas consequências duradouras promovidas

pelo capitalismo⁸⁶ e pelo patriarcado⁸⁷. A marginalização das mulheres negras foi pautada por intelectuais negras que ainda na década de 70 já faziam o debate sobre a sobreposição de opressões histórica, enfrentada por essas mulheres.

Em suas pesquisas já demonstravam que o racismo molda as relações sociais e políticas, afetando diretamente as mulheres negras. Ao considerar o legado da escravidão Beatriz Nascimento (2021), Lélia Gonzalez (1984) e Angela Davis (2016), destacam em suas produções o processo de desumanização sofrido pelas mulheres negras, tratadas como propriedade e submetidas a abusos e exploração sexuais constantes. Um legado que perpassa os limites do tempo e espaço e se perpetua em sociedades pós-escravocratas, onde as mulheres negras continuam a ser subjugadas e suas contribuições intelectuais e saberes seguem sistematicamente sendo ignorados.

Seus estudos seguem em consonância ao evidenciar que após a abolição, não houve integração dos corpos negros a sociedade. Ao enfatizar as mulheres negras, há que se observar ainda a falta de oportunidades econômicas, educacionais, o que por muitas vezes as limita a trabalhos informais ou como empregadas domésticas⁸⁸ como única forma de garantir o próprio sustento, o que reforçou sua posição de vulnerabilidade socioeconômica e consequentemente a exploração.

Os pensamentos de Beatriz Nascimento (2021), Lélia Gonzalez (1984) e Angela Davis (2016) convergem ainda que é fundamental compreender a forma como a sobreposição das opressões de raça, classe e gênero se entrelaçam e atingem as mulheres negras, o que as coloca na condição de grupo mais afetado pelas assimetrias sociais, enfrentam uma combinação de discriminação racial e de gênero que as coloca sob um prisma de múltiplas camadas de vulnerabilidade. Neste sentido corroboramos de forma irrestrita com o pensamento de Lélia Gonzalez no que tange as mulheres negras, suas identidades e as estruturas sociais que perpetuam a exclusão.

⁸⁶ DAVIS, A (2016). As sequelas do capitalismo podem ser entendidas como as consequências negativas e duradouras que esse sistema econômico e social impõe, especialmente sobre grupos marginalizados, como as mulheres negras, a exemplo das desigualdades social, exploração econômica, impactos na vida familiar dentre outros.

⁸⁷ DAVIS, A (2016). Relativo às consequências negativas e duradouras que a estrutura patriarcal impõe sobre as mulheres, especialmente as mulheres negras, como desigualdade e violência de gênero, desvalorização do trabalho feminino, pressão para o cumprimento de papéis tradicionais, dentre outras formas de opressões.

⁸⁸ As mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, das quais 65% são negras. Além disso, a maioria está acima dos 40 anos e tem renda média inferior a um salário mínimo. Este é o perfil básico dessas trabalhadoras, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese 2022)

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira.⁸⁹ Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (2021, p. 02).

Segundo Beatriz Nascimento (2021), a frequente exclusão das narrativas históricas e políticas que moldaram a sociedade brasileira são agentes perpetradores de subordinação dos corpos negros. Mecanismos que limitam o espaço permitido aos negros dentro da estrutura social do país onde houve a incorporação da cultura negra, a exemplo do futebol e do carnaval, frequentemente lembrados quando há questionamentos sobre a falta de pessoas negras em posições de destaque, em espaços que decidem vidas. A exemplo dos cargos político partidários, como veremos mais a diante. Logo personalidades como Pelé ou alguns sambistas que conseguiram ascender socialmente e isso deve bastar para explicar que a grande maioria da população negra é marginalizada por questões econômicas ou de classe é a maneira mais fácil de ignorar o passado escravagista e o total abandono dos recém-libertos.

A construção de identidades estereotipadas também desempenha papel fundamental na marginalização das mulheres negras. De acordo com Beatriz Nascimento (2021), Lélia Gonzalez (1984), o capitalismo ampliou as desigualdades existentes, reforçou padrões raciais e de gênero⁹⁰ e a sociedade impôs estigmas que limitaram e limitam as oportunidades de mobilidade social e reforçam a discriminação. São enfáticas ao afirmar que esses estereótipos são retroalimentados por uma história de opressão e apagamento e como eles influenciam na autoimagem, sonhos e aspirações das mulheres negras.

As autoras reforçam que apesar da marginalização, as mulheres negras desempenharam um papel fundamental na organização da luta por direitos e na resistência contra as iniquidades e assimetrias sociais. Segundo Angela Davis (2016) A luta das mulheres negras deve ser central na discussão sobre feminismo e justiça social, pois elas não apenas enfrentaram a opressão

⁸⁹ Conforme discutido por Lélia Gonzalez, refere-se a um estado de disfunção social e psicológica que resulta da intersecção de diversas formas de opressão, incluindo racismo, sexism e classismo. Essa neurose é caracterizada por uma série de mecanismos de defesa que a sociedade brasileira utiliza para ocultar e negar as realidades da desigualdade e da injustiça social.

⁹⁰ Segundo dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), de 2022, 98% dos trabalhadores domésticos são mulheres e 75% das trabalhadoras domésticas estão na informalidade no Brasil. Essa mesma pesquisa ainda aponta que 67,3% das trabalhadoras domésticas são negras e que 40% vivem em situação de pobreza, ou seja, com meio salário mínimo.

racial, mas também lutaram contra o sexismo, contribuindo significativamente para grandes conquistas nas lutas sociais e políticas, afirma ainda que:⁹¹

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (2016, p. 21).

Segundo Beatriz Nascimento (2021) e Lélia Gonzalez (1984) a resistência das mulheres negras é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, é preciso que suas vozes e experiências sejam reconhecidas e valorizadas. Para ambas é preciso haver a conscientização coletiva sobre as desigualdades. Superar o racismo requer compromisso tanto de negros quanto de brancos. Faz-se necessário o despertar de uma consciência crítica, educação e formação de uma consciência racial e de gênero para ambas são ferramentas essenciais para a superação do racismo e sexismo. A organização coletiva e a solidariedade entre mulheres negras já eram vistas por estas intelectuais como essenciais para desafiar as estruturas de opressão.

Analizar o panorama histórico que origina a marginalização dos corpos negros, sobretudo, das mulheres negras enfatiza a relevância do esforço de analisar em conjunto identidades que se sobrepõem. Neste contexto raça, classe e gênero são marcadores de sobreposição de opressões, o processo de desumanização e exploração históricas consagradas pela escravização em nosso país, construiu cicatrizes profundas e severas em nossa sociedade, promovidas pela exclusão social e econômica, construção de estereótipos. Porém ainda assim a potência e resistência das lutas coletivas por emancipação, vida digna e cidadania plena são elementos que se entrelaçam e constituem a experiência da população negra.

2.2 Dispositivo de racialidade: sobre como o “outro” é construído como não-ser

Dispositivos de racialidade, segundo Sueli Caneiro (2023) é abordado como teoria para compreender como o poder e o conhecimento estruturam as relações raciais em nossa

⁹¹ Artigo publicado no portal Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>

sociedade. A partir do pensamento de Michel Foucault⁹², a autora os define como conjunto de práticas, discursos e instituições que operam para produzir e reproduzir a racialidade em uma perspectiva ontológica. Nesse sentido, o racismo transcende questões de identidade, torna-se a régua que decide quem é considerado humano e quem é classificado como “não”, ou seja o “outro”.

Sueli Carneiro (2023) destaca que a criação do “outro”, os negros neste contexto, como não-ser, a figura animalizada é condição necessária para afirmar a condição do ser branco. Essa construção se dá por meio de muitas situações que desumanizam as pessoas negras, reduzindo-as a situações de negação de seus problemas, direitos e as coloca em um lugar de estigmatizados e estereotipados. Corroboramos com a autora que aponta que tais estratégias reforçam questões estruturais que limitam a mobilidade da população negra. A marginalização de populações historicamente marginalizadas além de promover práticas discriminatórias permeiam todas as esferas sociais e acabam por restringir o acesso das mulheres negras, por exemplo, a espaços de poder que poderiam garantir as transformações sociais necessárias para a equidade de raça e gênero, como é o caso dos espaços parlamentares que decidem vidas, de forma brilhante Sueli Carneiro aponta que:

O racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça. (2023 p. 20).

Ainda ao considerar Sueli Carneiro (2023) à sub-representação política das mulheres negras, está diretamente relacionada a esta construção do “outro”, o desumanizado, portanto, responsável direto pelos dispositivos que impedem essa mobilidade e acesso ao exercício dos cargos eletivos, sejam eles parlamentares ou executivos. Espaços constituídos e orquestrados para que suas vozes e experiências sejam sistematicamente silenciadas. Estas deficiências não são um acidente, resultam de um sistema elaborado de forma sofisticada para perpetuar a ideia de que a experiência negra é inferior ou sem sentido.

Sueli Carneiro (2023) afirma ainda que a construção da pessoa negra como um não-humano resulta em políticas públicas que não levam em conta as especificidades das mulheres negras e mais uma vez podemos registrar de forma veemente que tais estratégias resultas na

⁹² Dispositivo é um conjunto de mecanismos institucionais, físicos, administrativos e estruturas de conhecimento que mantêm e potencializam o exercício do poder.

perpetuação de ciclos de desigualdade e exclusão. A luta por identidade, construções coletivas e representação política tornou-se lugar de insurgência e desafio sistemático de um aparato estruturado para promover a marginalização e de silenciamento das mulheres negras.

3 INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA

A ideia não é realizar um estado da arte, mas construir um panorama cronológico das análises de algumas intelectuais negras brasileiras sobre as múltiplas opressões que afetam os corpos das mulheres negras e a utilização da interseccionalidade proposta como ferramenta analítica a fim de explorar seus aspectos sobre a vida das mulheres negras.

Década de 1980: Início da Teoria Feminista Negra no Brasil: Lélia Gonzalez (1984) se destaca como uma das principais vozes ao reivindicar a sobreposição entre o racismo e o sexismo na cultura brasileira. E tece críticas a invisibilidade das mulheres negras nas narrativas feministas que ignoram suas especificidades;

Anos 1990: Consolidação do Pensamento Feminista Negro: Autoras como Angela Davis, embora americana, influenciam o pensamento feminista negro no Brasil.

As décadas de 1970 e 1980 foram extremamente produtivas para as feministas negras norte-americanas no que diz respeito à produção acadêmica e desenvolvimento das teorias feministas negras. A entrada das mulheres negras em maior número no meio acadêmico foi um importante fator para expansão o feminismo negro enquanto corrente teórica e tornou possível o acesso ao pensamento de mulheres negras que já faziam essas discussões nos ativismos. [...] mulheres negras responsáveis por teorizar a crítica das mulheres negras aos feminismos hegemônicos, como Sojourner Truth e Ida B. Wells-Barnett² até as autoras hoje internacionalmente conhecidas, como Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks e Audre Lorde (2019, p. 11).

2002 - Expansão das Discussões sobre Interseccionalidade: O conceito de interseccionalidade começa a ser mais amplamente discutido por intelectuais brasileiras Kimberlé Crenshaw (2002), destaca a interseccionalidade como uma ferramenta fundamental para entender como diferentes formas de opressão se sobrepõem e interagem na vida das mulheres negras e alega que experiências de discriminação não podem ser compreendidas isoladamente, mas sim como uma intersecção de múltiplas identidades, incluindo raça, gênero e classe. Essa abordagem permite uma análise mais profunda das desigualdades sociais, pois reconhece que as mulheres negras, por exemplo, enfrentam uma combinação única de discriminação que não pode ser totalmente capturada por uma análise que considere apenas raça ou gênero separadamente.

2019 - Críticas ao Feminismo Hegemônico: Carla Akotirene e outras autoras começam a criticar o feminismo hegemônico por sua exclusão das experiências das mulheres negras. Akotirene argumenta que as narrativas feministas não devem ser monopolizadas por feministas negras, mas sim incluir uma diversidade de vozes e experiências o que inclui a utilização considerada inadequada da teoria da interseccionalidade por feminismo interseccional. “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (Akotirene, 2019, p. 48).

A interseccionalidade, segundo Kimberle Crenshaw (2002), demonstra a falha das estruturas sociais e políticas ao construir abordagens que ignoram especificidades de grupos marginalizados. E acabam por resultar em invisibilidade, ao enfatizar a relevância de considerar a intersecção de diferentes identidades, a autora evidencia a fragilidade de políticas públicas e as práticas sociais e aponta para a necessidade de serem reformuladas para atender as reais demandas das mulheres negras.

Em suma, a interseccionalidade, conforme fundamentada por Kimberlé Crenshaw (2002) torna-se uma chave essencial para compreender às interações entre diferentes sistemas de opressão, a complexidade das opressões que se sobrepõem como racismo, patriarcado, opressões de gênero e classe. Para desenvolver estratégias eficazes de resistência e transformação social essa abordagem não apenas enriquece a análise acadêmica, mas também orienta a prática política em direção a uma maior inclusão e justiça social ao expor como as políticas e ações específicas podem perpetuar ou desafiar essas desigualdades.

4 A SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NOS ESPAÇOS POLÍTICO PARTIDÁRIOS

A participação de mulheres negras em cargos eletivos nos espaços políticos partidários é historicamente baixa e reflete a exclusão racial e de gênero⁹³. Dados de eleições 2024 mostram que, apesar de um aumento significativo nas candidaturas, a representatividade nas cadeiras de fato ainda é insuficiente em comparação com a população negra. Mesmo em Salvador⁹⁴, uma

⁹³ No Brasil, a entidade comemora o fato de que um número recorde de mulheres negras se apresentou para as eleições de 2022, 4,8 mil entre 26 mil candidatas. Uma tendência parecida foi identificada nos EUA, Colômbia ou França. Mas os avanços no Brasil são insuficientes e o país continua bem abaixo da média mundial. De acordo com os dados, a participação de mulheres na Câmara de Deputados é de 17,7%, contra apenas 16% no Senado. (dados UIP União Inter Parlamentar).

⁹⁴ Com 2.417.678 habitantes, Salvador, se tornou o 5º município mais populoso do país. O Censo Demográfico 2022 ajuda a revelar que é também a capital mais feminina e o 2º município brasileiro com maior proporção de

referência no país em concentração de pessoas negras, se faz necessário pontuar ainda que é muito recente no país a coleta de dados referentes a auto declaração racial, implementada pelo TSE, apenas a partir de 2014.

A literatura aponta que a sub-representação feminina e racial na política é resultado de uma construção histórica que perpetua desigualdades. Entender as barreiras sócio, econômicas e culturais que inibem o protagonismo político das mulheres sobretudo, das mulheres negras, enfatizam a necessidade de um diagnóstico mais profundo sobre as causas dessa marginalização⁹⁵. Segundo Campos & Machado (2020) é justamente o reconhecimento de um perfil social hegemônico nas representações políticas, que coloca a democracia representativa em questão.

A eficácia das políticas de cotas e financiamento eleitoral são temas recorrentes, ainda que as cotas para mulheres existam, a sub-representação racial tem carecido de muita atenção⁹⁶. Há necessidade de fiscalização rigorosa para garantir que as políticas afirmativas realmente promovam a inclusão de mulheres, especialmente negras. Em acordo com a colocação de Campos & Machado (2020) mesmo em países nórdicos e em nações com admiráveis contingentes de igualdade de gênero em muitos campos, na participação política a presença de mulheres precisou ser garantida via cotas e políticas públicas muito específicas. Ainda ao considerar todos os atravessamentos que afetam a vida das mulheres negras é preciso refletir sobre a provocação feita por Campos & Machado:

A politização da desigualdade racial é bem mais recente que a politização da desigualdade de gênero, incorrendo na falta de dados sobre a raça/cor dos candidatos. Já há algum tempo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibiliza informações dos candidatos registrados, como profissão, patrimônio, gastos de campanha,

mulheres na população, de 54,4%. Além disso é a capital brasileira com as maiores proporções de população preta (34,1%) e preta e parda (83,2%), e as menores proporções de pessoas brancas (16,5%) e amarelas (0,1%).

⁹⁵ O debate sobre as convergências entre gênero, raça e classe tem como ponto de partida o questionamento da possibilidade de compreender as desigualdades presentes nas sociedades contemporâneas levando em conta apenas uma dessas variáveis, de forma isolada. Põe em xeque, assim, modelos tanto do marxismo tradicional quanto de algumas vertentes do feminismo da chamada “segunda onda”, que julgavam que um determinado eixo de opressão era a raiz de todos os outros. E, mais ainda do que isso, identifica não uma simples sobreposição entre padrões de dominação independentes, mas um entrelaçamento complexo, o que faz com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e qualquer projeto emancipatório consequente precise incorporar simultaneamente os três eixos (Flávia Biroli, Luiz Miguel, 2015, p. 28).

⁹⁶ Nas eleições municipais de 2024, cerca de 42 mil candidatos alteraram a declaração de cor e raça em relação ao pleito de 2020, conforme apontou levantamento realizado pelo jornal Folha de S. Paulo. O número representa 24% dos candidatos que concorreram nas últimas eleições municipais, de 2020, e que estão novamente na disputa. Esses candidatos com novas autodeclarações representam 9,3% do total de 454 mil candidaturas registradas no sistema do TSE. A maior parte das alterações foi de candidatos que anteriormente se declararam brancos e agora se identificam como pardos, totalizando 40,4% das mudanças, o que corresponde a 16,9 mil candidatos. Essa mudança de autodeclaração permite que esses candidatos se beneficiem das cotas eleitorais destinadas a negros.

escolaridade, gênero etc. No entanto, somente nas últimas eleições de 2014 a variável raça/cor foi adicionada aos registros do TSE. (2015, p. 122).

As estruturas inflexíveis e os processos decisórios são aspectos que também precisam ser considerados para a atuação das mulheres especialmente das mulheres negras na política. O exemplo da violência de gênero no exercício do mandato, apesar de denúncias e da luta política feita em torno do tema, seus efeitos ainda não irrigários⁹⁷.

Portanto é preciso considerar estudos feitos por Campos & Machado (2020) ao discorrerem sobre como tanto negros quanto mulheres enfrentam barreiras estruturais e dispositivos que impedem sua ascensão a posições de poder. Ainda dentro das perspectivas de apresentar elementos que corroboram para estes impedimentos apontam como a literatura sobre a sub-representação feminina é muito mais extensa e desenvolvida, oferecendo uma compreensão mais profunda dos mecanismos que levam à exclusão das mulheres. O que contrasta com a marginalização política dos corpos negros, menos estudada o que por fim compromete estabelecer estratégias eficazes para sua inclusão. Em consequência não podemos deixar de citar as experiências das mulheres negras e a perspectiva de interseccionalidade necessária para que a superação das assimetrias neste campo sejam superadas e finalmente não podemos deixar de refletir sobre o como a construção, afirmação e atravessamentos destas identidades e marcadores múltiplos precisam ser relevantes para o êxito das suas reivindicações.

5 CRÍTICAS AO IDENTITARISMO E AO AVANÇO CONSERVADOR

Para aprofundar a discussão, examinaremos o identitarismo, ao destacar suas implicações práticas a partir das lutas identitárias dentro do contexto da interseccionalidade. Como visto anteriormente a interseccionalidade, como conceito e prática emergem como uma ferramenta teórica e política fundamental para compreender e combater às opressões. Neste texto, exploraremos as críticas ao identitarismo, a importância da solidariedade interseccional e a necessidade de políticas públicas que reconheçam a complexidade das identidades, fundamentando-nos nas contribuições de Lívio Sansone (2020) Leandro Colling (2022), Adélia Ribeiro e Simonte Brito (2023).

⁹⁷ Lei que tornou crime a violência política de gênero (Lei 14.192/21), o Brasil teve apenas duas sentenças de condenação pelo crime, nenhuma delas transitada em julgado, ou seja, sem possibilidade de recurso (dados de 2021 a 2023). Além disso, uma em cada quatro representações de violência política de gênero entre 2021 e 2023 foi arquivada ou encerrada. Fonte: Agência Câmara de Notícias

A crítica às lutas identitárias frequentemente se baseia na premissa de que a ênfase em identidades sociais específicas fragmenta a luta social, dificultando a construção de uma frente unificada contra as opressões. Essa visão, no entanto, é contestada por defensores das interseccionalidades, como Leandro Colling (2022), que apontam que tal crítica ignora a importância de reconhecer e abordar as intersecções das identidades. Ao defender que, ao invés de fragmentar a luta, a interseccionalidade pode enriquecer a compreensão das opressões e promover uma luta mais inclusiva e eficaz contra as assimetrias sociais.

Analisar essa crítica é fundamental, pois revela como as narrativas conservadoras tentam desviar a atenção das questões estruturais que afetam as ditas minorias. Tais como: representatividade proporcional em cargos políticos partidários, acesso a fruição de bens, educação de qualidade, moradia, segurança alimentar etc. Colling (2022) complementa ainda que ao destacar que as narrativas conservadoras frequentemente utilizam a ideia de fragmentação para deslegitimar as reivindicações identitárias, no entanto, observa que:

[...] as perspectivas interseccionais, além de terem colaborado para abrir o fluxo identitário em nosso país, amplificaram os debates identitários nos últimos anos e isso gerou uma série de importantes reflexões, mas também ataques que se constituem em tentativas de desqualificar as discussões (Colling, 2022, p. 02).

Reconhecer o potencial dos movimentos identitários em articular diferentes lutas e promover solidariedade são essenciais para enfrentar as ameaças do conservadorismo. Essa articulação é fundamental, pari passu, permite que as lutas por justiça social se conectem e promovam um espaço mais inclusivo e resistente às tentativas de silenciamento das vozes marginalizadas, afirma Colling (2022).

A crítica ao identitarismo e a defesa da solidariedade interseccional são essenciais para enfrentar o avanço conservador e os retrocessos sociais. Em acordo com o pensamento de Sansone (2023) corroboramos com a extensa, porém essencial análise do autor, feita de forma cirúrgica:

A questão é como tudo isso afeta o panorama das identidades e de sua construção no Brasil e o que acontecerá com o rápido declínio da, assim dita, “onda identitária”, ou seja, o período de revivescência das identidades setoriais baseadas no gênero, na etnicidade e na geração durante o qual o termo “diversidade” deixou de ser um ônus associado às desigualdades para se tornar um termo associado com medidas igualitárias e redistributivas. Essa onda começou se delinear em torno de 2002, para se fortalecer no mais excitante estágio do primeiro governo Lula, mas entrou em crise a partir da consolidação do governo Temer. Como em todos os processos radicais, houve uma contrarreação conservadora e o país passou rapidamente de uma postura de busca de novos conteúdos até na representação da nação (penso na mudança que significa passarmos do lema “Brasil, um país de todos” para o lema “Brasil acima de

tudo, Deus acima de todos”) e de uma ênfase na positividade das (novas) identidades dos grupos subalternos para sua negação. O coágulo mais extremo dessa atitude reacionária se encontra na postura anti-identitária aglutinada pelo superconservador candidato à presidência – e logo presidente Bolsonaro – e no clima de ódio com relação aos direitos das minorias alimentado por fake news circuladas por numerosos sítios [...] (p. 17).

Trazer à baila Vargas (2017) e seu pensamento sobre a antinegritude⁹⁸ como uma construção social que define a humanidade como composta por todos aqueles que não são negros. Em total consonância com o pensamento já posto por Sueli Carneiro (2023). Retomar esta reflexão implica que o estado-império é fundamentalmente antinegro, sustentando uma estrutura que marginaliza e desumaniza a população negra.

Não é de se estranhar a posição radical de certos defensores do identitarismo, após refletir sobre todas as mazelas que afligem os corpos negros, animalizados e despidos de qualquer traço de humanidade Wilson Gomes afirma que:

[...] “a política identitária sataniza a maioria, ao responsabilizar sujeitos por supostos privilégios e multiplicar conflitos que fazem a maioria das pessoas ser encarada como adversária, e não como aliada. (Apud Alves & Akckimim 2021, p. 25).

Vislumbrar que identidades não fragmentam a luta social, mas a enriquecem, em acordo com Sansone (2023) a mobilização das organizações da sociedade civil em torno das questões de identidade, raça e gênero já mostraram de fato que esta união é fundamental para pressionar por mudanças e visibilidade, contribuir para a construção de uma narrativa em torno da diversidade e da inclusão, o que põe em perigo a manutenção histórica de privilégios, portanto totalmente desfavorável as elites dominantes.

Fica evidenciado que a construção de políticas públicas interseccionais e a desconstrução de narrativas conservadoras são passos fundamentais para garantir que as lutas identitárias sejam reconhecidas como parte integrante da busca por justiça e igualdade ao retomar o pensamento de Sansone (2023) fica óbvio que a promoção de uma agenda multicultural, com ênfase na diversidade étnica e cultural do Brasil, fortaleceu identidades subalternizadas.

⁹⁸ Segundo Vargas (2017) antinegritude pode ser definida como uma matriz ideológica e prática que nega a negritude e perpetua a marginalização e a desumanização das pessoas negras. É um conceito que abrange a estrutura social e política que opera em favor da branquitude, resultando em uma sociabilidade que exclui e opriime a população negra. A antinegritude é vista como fundamental, ubíqua e transhistórica, refletindo uma continuidade de opressão que se manifesta em diferentes contextos e épocas, e que é essencial para entender a violência e a morte de indivíduos negros, tanto por parte de indivíduos quanto do estado.

Autores como Wilson Gomes e Richard Miskolci, mencionados no texto de Alves & Akckimim (2021) e corroborados pelos autores, acabam por deslegitimar as lutas que envolvem múltiplos marcadores sociais de opressão. É de grande relevância compreender que a desqualificação das lutas identitárias pode ser uma forma de silenciar vozes marginalizadas.

A interseccionalidade, como proposta por Kimberle Crenshaw (2002), não é apenas uma teoria, mas uma prática política que deve ser adotada por ativistas, formuladores de políticas e acadêmicos. É possível criar um movimento mais coeso e eficaz na luta contra as opressões que permeiam nossa sociedade.

As lutas identitárias são importantes por desafiar a naturalização das divisões raciais e promover críticas ao que está posto, contribuindo para a superação do racismo, retomamos Colling (2022) para enfatizar a importância da interseccionalidade e criticar o uso pejorativo do identitarismo. A interseção de raça, gênero, classe e outras identidades precisam ser eixos fundamentais para unir essas discussões. Por fim salientamos a necessidade histórica de superação do racismo e do patriarcado para uma abordagem mais inclusiva nas lutas por justiça social.

6 CONCLUSÃO

Este estudo aponta como as teorias fundamentadas por Sueli Carneiro e Kimberlé Crenshaw fornecem as ferramentas analíticas necessárias para compreender a complexidade da experiência de ser mulher negra em nossa sociedade, cheia de vícios e resquícios do período escravagista fortalecidos pelo patriarcado que promovem diversos atravessamentos em seus corpos. Segundo Lélia Gonzalez, ao entrelaçar as dimensões de raça, gênero, podemos compreender como estas estruturas funcionam de forma intercambiável e estratégica para manter de forma sistémica a marginalização da população negra, sobretudo as mulheres negras marcadas por estereótipos e fatores limitantes que acabam por comprometer a saúde mental e dentre outras demandas são diretamente responsáveis pela perpetuação das iniquidades que assolam suas existências.

O contexto atual, caracterizado marcado por uma agenda significativa de retrocessos, marcados pelo conservadorismo, ascensão de grupos da extrema direita e do discurso de ódio, apresenta outros desafios na história da luta das mulheres negras na luta por equidade e pelo bem viver. O chamado “identitarismo” surge como forma de deslegitimar reivindicações sociais, reforçar hierarquias estruturais e a manutenção de privilégios das elites dominantes. Autores como Sansone, Colling e Vargas ajudam a compreender os problemas previstos por

esses grupos com a promoção da agenda e lutas identitárias envolvidas nos movimentos organizados. Imbuídos do desejo de neutralizar estratégias de resistência das ditas minorias.

Portanto, ressaltamos como aspectos práticos e teóricos a necessidade de fortalecimento de políticas públicas elaboradas em acordo com as especificidades das mulheres negras, relegadas a margem da sociedade, é um grupo altamente vulnerabilizado que precisa: da implementação de políticas públicas interseccionais, focadas na superação das desigualdades enfrentadas por mulheres negras; Aprimoramento de programas de inclusão e representatividade política e são extremamente relevantes para o combate às narrativas conservadoras que deslegitimam lutas identitárias, reforçando a importância da educação antirracista. Este estudo contribui para a ampliação do campo teórico ao fornecer novas perspectivas para a análise de dispositivos de racialidade e seus aspectos na sub-representatividade política das mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ABENEL, Gabriela Ortiz; PRÁ, Jussara Reis. A sub-representação política das mulheres brasileiras no Legislativo Federal (2014-2022).

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo, Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Antonio S.; ALKMIN, Gabriela C. A Política Identitária em Questão: Reflexões a Partir de Judith Butler e Achille Mbembe. Dossiê Temático “Igualdade e Diferença: Dilemas e Desafios do Uso de Categorias Identitárias para a Promoção dos Direitos Fundamentais de Minorias Políticas. Brasília, V. 18, n. 97, 632-659, jan./mar. 2021, DOI 10.11117: Disponível em: <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i97.5049> . Acesso em: 16 set. 2024.

ASSIS, Dayane N. (Nzinga Mbandi), Gênero, Sexualidade e Educação, Interseccionalidades: Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, E book, 2019, Disponível em:
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-20Interseccionalidades.pdf> Acesso em: 16 set. 2024.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27> Acesso em: 16 set. 2024.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C.. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16, p. 121–151, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151606>. Acesso em: 16 set. 2024.

CAMPOS, Luiz A.; MACHADO, Carlos. Raça e Eleições no Brasil. 1. ed., Porto Alegre: ZOUK, 2020.

CARNEIRO, Sueli. O saber e o outro, Poder, saber e subjetivação. In: CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Emancipação para todos, 1. ed., São Paulo: Zahar, 2023. p. 08-41.

COLLING, L. (2022). Ataques recentes às perspectivas das interseccionalidades. Revista Periódicus, 2(17), 51–62. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v2i17.50166> Acesso em: 16 set. 2024.

CRESHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, 10, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>, p. 171-188. Acesso em: 16 set. 2024.

DAVIS, Angela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher; O significado de emancipação para as mulheres negras. In: DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Boitempo, São Paulo, 2016. p.15- 45; 95-106.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

INSTITUTO ALZIRAS; OXFAM BRASIL. Relatório sobre desigualdade de gênero e raça na política brasileira. Brasília: Instituto Alziras, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-racial-e-de-genero/participacao-politica/desigualdade-de-raca-e-genero-na-politica-brasileira/> Acesso em: 16 set. 2024.

KYRILLOS, G. M.. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. Revista Estudos Feministas, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509> v. 28, n. 1, p. e56509, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. Nossa democracia racial; A mulher negra e o mercado de trabalho. In: Uma história feita por mãos negras. Or. organizado por Alex Ratts, Zahar, Rio de Janeiro, 2021. p. 55-61; p. 62-67.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. O negro e o poder: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. Caderno CRH, Suplemento, p. 94-116, 1991.

PEREIRA, Alan da Silva; SOUZA, Carlos Augusto da Silva; OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. A sub-representação feminina nas eleições municipais: uma análise das eleições de 2012 e 2016. Resenha Eleitoral, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2021. DOI:

SANSONE Livio. O sucesso e a crise da onda identitária no Brasil. Rev Antropol. São Paulo, v. 63 n. 3:63(3) doi.org/10.11606. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.178846> 2020 . Acesso em: 16 set. 2024

VARGAS, João Costa. Por uma mudança de paradigma: antinegritude e antagonismo estrutural. 2017. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p.83-105, jul./dez.,

WEISS, Raquel; BUENO, Winnie de Campos. Pensar o mundo na encruzilhada: mulheres negras e a teoria social. Civitas: revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 24, n. 1, p. e45093, 2024. DOI: 10.15448/1984-7289.2024.1.45093. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/45093> . Acesso em: 16 set. 2024.